COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 2.437, DE 2022

Estabelece o tratamento isonômico de todas as crenças religiosas em políticas públicas de incentivo e apoio ao turismo religioso.

Autor: Deputado ROBERTO ALVES **Relator:** Deputado DIEGO GARCIA

I - RELATÓRIO

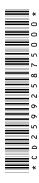
O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado Roberto Alves, estabelece o tratamento isonômico de todas as crenças religiosas em políticas públicas de incentivo e apoio ao turismo religioso.

Na Justificação, o nobre autor afirma que o Brasil é um país majoritariamente religioso, com 86,3% da população se identificando com alguma crença, o que justifica políticas públicas que promovam o turismo religioso de forma ampla. Aponta ainda o expressivo impacto econômico do segmento, que, segundo dados do Ministério do Turismo, movimenta mais de R\$ 15 bilhões por ano, alcançando centenas de municípios.

O autor argumenta, ademais, que a proposta visa assegurar a aplicação do princípio da isonomia e evitar a concessão de tratamento privilegiado a determinadas religiões em detrimento de outras, o que seria incompatível com a laicidade estatal. Menciona, como inspiração, iniciativas como a "Rota da Fé" e a "Rota de Luz", que envolvem dezenas de municípios, e defende a ampliação dessas experiências em nível nacional, com o apoio equânime a todas as manifestações religiosas.

A proposição tramita em regime ordinário (art. 151, III, RICD), em caráter conclusivo (art. 24, II, RICD), tendo sido distribuída às Comissões





de Turismo e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), cabendo a esta última pronunciar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, na forma do art. 54 do RICD.

A Comissão de Turismo aprovou o Projeto de Lei nº 2.437/2022, nos termos do voto do Relator, Deputado Eduardo Bismarck.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Em conformidade ao que dispõe o art. 32, IV, "a", do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), cumpre a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pronunciar-se acerca da constitucionalidade, da juridicidade e da técnica legislativa das proposições sujeitas à apreciação da Câmara ou de suas Comissões.

Quanto à constitucionalidade formal da proposição, consideramos os aspectos relacionados à competência legislativa, à legitimidade da iniciativa parlamentar e ao meio adequado para veiculação da matéria.

A proposição em questão tem como objeto matéria de competência legislativa da União, sendo legítima a iniciativa parlamentar (art. 61, caput, da CF/88), haja vista não incidir, na espécie, reserva de iniciativa. Por fim, revela-se adequada a veiculação da matéria por meio de lei ordinária federal, visto não haver exigência constitucional de lei complementar ou outro veículo normativo para a disciplina do assunto.

No tocante à constitucionalidade material, observa-se que o projeto visa reforçar o princípio da isonomia (art. 5°, caput, da CF/88) e da liberdade de crença e culto (art. 5°, VI, da CF/88), além de alinhar-se ao princípio da laicidade estatal (art. 19, I, da CF/88) e à promoção do turismo como fator de desenvolvimento social e econômico (art. 180 da CF/88). Não se





vislumbra, assim, qualquer afronta aos direitos e garantias fundamentais, tampouco qualquer desrespeito à separação entre o Estado e as organizações religiosas. Ao contrário, a proposição reforça a neutralidade estatal ao vedar a adoção de políticas públicas que favoreçam determinadas crenças em detrimento de outras.

A proposição é dotada de juridicidade, uma vez que inova no ordenamento jurídico, possui o atributo da generalidade e respeita os princípios gerais do direito.

Por fim, a proposição apresenta boa técnica legislativa, nos moldes do que recomenda a Lei Complementar n.º 95, de 26 de fevereiro de 1998, alterada pela Lei Complementar n.º 107, de 26 de abril de 2001.

Pelas precedentes razões, manifesto meu voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.437, de 2022.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado DIEGO GARCIA Relator

2025-7211

